

Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.

CNPJ: 31.752.294/0001-31

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Teresina, 3 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Vago	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor de Projetos

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.**

Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.327	3.581
Contas a receber de clientes	4	2.159	2.066
Outros tributos compensáveis		2	2
Almoxarifado		640	379
Adiantamento a fornecedores	6	1.351	1.493
Outros créditos		3	2
Total do ativo circulante		7.482	7.523
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	5	1.558	1.686
Depósitos vinculados	12	11.827	11.314
Imobilizado	7	220.140	218.930
Intangível	8	2.170	2.230
Total do ativo não circulante		235.695	234.160
Total do ativo		243.177	241.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	12.556	7.491
Empréstimos e financiamentos	10	47.505	55.427
Obrigações por arrendamentos		385	461
Imposto de renda e contribuição social a pagar		77	232
Outras obrigações fiscais		964	1.218
Encargos setoriais		16	20
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	19	6.142	4.565
Outras obrigações		184	184
Total do passivo circulante		67.829	69.598
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	61.660	52.760
Obrigações por arrendamentos		915	907
Outras obrigações fiscais		2.054	1.932
Provisão para desmantelamento	11	211	623
Redução de capital	19	10.000	10.000
Total do passivo não circulante		74.840	66.222
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	121.040	120.982
Prejuízos acumulados		(20.532)	(15.119)
Total do patrimônio líquido		100.508	105.863
Total do passivo		243.177	241.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	15	25.722	24.909
Custo	16	(17.160)	(15.764)
Lucro bruto		8.562	9.145
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	16		
Despesas gerais e administrativas		(1.601)	(1.746)
Outras receitas operacionais		107	-
Total despesas operacionais		(1.494)	(1.746)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		7.068	7.399
<u>Resultado financeiro</u>	17		
Receitas financeiras		825	1.639
Despesas financeiras		(11.610)	(11.651)
Variações cambiais líquidas		(584)	143
Total do resultado financeiro		(11.369)	(9.869)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.301)	(2.470)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.112)	(1.338)
Total dos tributos		(1.112)	(1.338)
Prejuízo do exercício		(5.413)	(3.808)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	14	(0,0420)	(0,0315)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(5.413)	(3.808)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(5.413)	(3.808)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>			
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	120.982	-	(11.311)	109.671
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Prejuízo exercício	-	-	(3.808)	(3.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.982	-	(15.119)	105.863
<u>Resultado abrangente total:</u>				
Prejuízo exercício	-	-	(5.413)	(5.413)
<u>Transações com os acionistas</u>				
Aumento de capital	48.058	(48.000)	-	58
Saldo em 31 de dezembro de 2024	169.040	(48.000)	(20.532)	100.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(5.413)	(3.808)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	5.623	6.710
Variações cambiais da dívida	2.606	2.439
Juros sobre obrigações de arrendamento	236	277
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.943	7.863
Provisão para desmantelamento	65	43
Baixa de ativo imobilizado	7	-
Custo de transação	28	28
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(93)	(109)
Depósitos vinculados	(513)	(1.309)
Almoxarifado	(261)	361
Adiantamento a fornecedores	142	(241)
Outros créditos	(1)	(2)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	5.065	(610)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.065	1.305
Outras obrigações fiscais	(132)	369
Encargos setoriais	(4)	20
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	1.577	1.621
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(2.742)	(1.720)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(238)	(256)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.220)	(1.298)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.740	11.683
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(6.964)	(17.840)
Adições para ativo intangível	(14)	(13)
Cauções e depósitos	128	(174)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(6.850)	(18.027)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	58	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	16.153
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(6.857)	(6.378)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(345)	(242)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(7.144)	9.533
Varição no caixa líquido	(254)	3.189
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.581	392
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.327	3.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 11 de outubro de 2018, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, compra e venda de materiais e equipamentos de operação, bem como a implantação e manutenção das instalações do sistema de transmissão de interesse restrito.

A Companhia explora o potencial solar de 43.032 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Resolução Autorizativa nº 8.368/2019-ANEEL, com contrato vigente até 19 de novembro de 2054. Através do despacho ANEEL 1.887/2020 de 26 de junho de 2020 a Companhia foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os testes comerciais da Central Geradora Fotovoltaica (UFV).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 3 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 7 – Imobilizado;

Nota 8 – Intangível;

Nota 11 – Desmantelamento;

Nota 12 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	1.195	3.581
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	2.132	-
Total	3.327	3.581

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 97,00% do CDI, (80,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	31.12.2024
Contas a receber - partes relacionadas	19	2.159	2.159
Total		2.159	2.159

	Nota	A vencer	31.12.2023
Contas a receber - partes relacionadas	19	2.066	2.066
Total		2.066	2.066

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

5. Cauções e depósitos

		31.12.2024	31.12.2023
BNB	Fundo de liquidez BNB	1.558	1.686
Total		1.558	1.686

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento – vide nota explicativa nº10.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de julho de 2041, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o montante de R\$ 1.351 (R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a adiantamento para os fornecedores para aquisição dos equipamentos que compõem o ativo imobilizado.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de Instalações técnicas/mecânicas solar que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	75.430	-	-	-	(477)	(3.237)	71.716
Reservatórios, barragens e adutoras	32.381	-	-	-	-	(32.381)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	122.056	-	-	-	-	29.535	151.591
Linhas de transmissão	81	-	-	-	-	(48)	33
	229.948	-	-	-	(477)	(6.131)	223.340
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(1.711)	-	(2.387)	-	-	189	(3.909)
Reservatórios, barragens e adutoras	(767)	-	-	-	-	767	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(3.782)	-	(3.115)	-	-	(958)	(7.855)
Linhas de transmissão	(2)	-	(3)	-	-	2	(3)
	(6.262)	-	(5.505)	-	-	-	(11.767)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(1.630)	415	-	-	-	1.215	-
Máquinas e equipamentos	(4.611)	6.542	-	-	-	4.916	6.847
	(6.241)	6.957	-	-	-	6.131	6.847
Total do imobilizado	217.445	6.957	(5.505)	-	(477)	-	218.420
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	1.485	286	(44)	(7)	-	-	1.720
	1.485	286	(44)	(7)	-	-	1.720
Total	218.930	7.243	(5.549)	(7)	(477)	-	220.140

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

	31.12.2022	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	75.430	75.430
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	32.381	32.381
Instalações técnicas/mecânicas solar	-	-	-	580	121.476	122.056
Linhas de transmissão	-	-	-	-	81	81
	-	-	-	580	229.368	229.948
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(1.711)	-	-	(1.711)
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	(767)	-	-	(767)
Instalações técnicas/mecânicas solar	-	-	(3.782)	-	-	(3.782)
Linhas de transmissão	-	-	(2)	-	-	(2)
	-	-	(6.262)	-	-	(6.262)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Terrenos	286	-	-	-	(286)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	53.973	14.774	-	-	(70.377)	(1.630)
Máquinas e equipamentos	151.028	3.066	-	-	(158.705)	(4.611)
	205.287	17.840	-	-	(229.368)	(6.241)
Total do imobilizado	205.287	17.840	(6.262)	580	-	217.445
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	1.860	-	(375)	-	-	1.485
	1.860	-	(375)	-	-	1.485
Total	207.147	17.840	(6.637)	580	-	218.930

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 11).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, são as seguintes:

Elétricos

Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,23%
Linhas de transmissão	3,23%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,23%

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 979 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 5.505, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 6.483.

Ativo de direito de uso

Prazo médio contratual remanescente (anos)

Terrenos	3,00
----------	------

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	2.278	(145)	2.133	2.207
Custo incremental	40	(3)	37	23
Total	2.318	(148)	2.170	2.230

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.278	-	-	2.278
Custo incremental	26	14	-	40
	2.304	14	-	2.318
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(71)	-	(74)	(145)
Custo incremental	(3)	-	-	(3)
	(74)	-	(74)	(148)
Total	2.230	14	(74)	2.170

	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.278	-	-	2.278
Custo incremental	13	13	-	26
	2.291	13	-	2.304
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	-	-	(71)	(71)
Custo incremental	(1)	-	(2)	(3)
	(1)	-	(73)	(74)
Total	2.290	13	(73)	2.230

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	2,91%
Custo incremental	8,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		499	2.081
Compra de energia - partes relacionadas	19	3	-
Encargo de uso da rede		286	263
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	19	-	4
		788	2.348
Materiais e serviços		1.637	(5.086)
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	10.131	10.229
		11.768	5.143
Total		12.556	7.491

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional												
BNDES	4.754	199	4.953	54.660	54.660	59.613	4.711	228	4.939	58.892	58.892	63.831
Total	4.754	199	4.953	54.660	54.660	59.613	4.711	228	4.939	58.892	58.892	63.831

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Gonçalo 18 S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.989	56.813	89.802
Captações	16.153	-	16.153
Encargos provisionados	7.863	-	7.863
Encargos pagos	(1.720)	-	(1.720)
Variação monetária	2.439	-	2.439
Transferências	4.053	(4.053)	-
Pagamentos / amortizações	(6.378)	-	(6.378)
Amortização custos de transação	28	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.427	52.760	108.187
Encargos provisionados	7.943	-	7.943
Encargos pagos	(2.742)	-	(2.742)
Variação monetária	2.606	-	2.606
Transferências	(8.900)	8.900	-
Pagamentos / amortizações	(6.857)	-	(6.857)
Amortização custos de transação	28	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2024	47.505	61.660	109.165

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 18	102	07/11/22	07/11/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil S.A. - Mútuo II	4.056	25/11/21	26/05/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Banco do Nordeste S.A.	67.119	23/02/22	15/07/41	IPCA + 2,94%	Mensal	Mensal	CAPEX	Conta reserva; Fiança bancária
Enel Brasil S.A. - Mútuo III	4.484	25/07/22	25/07/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo IV	4.382	10/08/22	10/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo V	4.382	25/08/22	24/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo VI	6.624	21/10/22	03/03/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo VIII	1.529	10/11/22	10/11/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo IX	2.140	12/12/22	16/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo X	1.427	25/01/23	26/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XI	1.733	30/01/23	29/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XII	2.242	14/02/23	14/02/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XIII	2.191	15/03/23	14/03/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XIV	2.854	14/04/23	14/04/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XV	1.631	15/05/23	15/05/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XVI	1.936	14/07/23	14/07/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Enel Brasil S.A. - Mútuo XVII	2.140	14/08/23	13/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

		2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	4.241	4.286	4.108	17.025	32.000	61.660	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

11. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		623	-
Adição	7	-	580
Baixas		(477)	-
Atualização financeira	17	65	43
Saldo final		211	623

12. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12.1 Contingência com risco provável

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável.

12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	11.895	11.121
Total	11.895	11.121

A Companhia ajuizou ação ordinária, com pedido de depósito do valor integral do imposto de importação, para garantir judicialmente a aplicação do ex tarifário, que consiste na redução temporária do imposto de importação, para os painéis solares importados pela Companhia. Aguarda-se decisão de primeira instância. O valor atualizado do litígio em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 11.895 (R\$ 11.121 em 31 de dezembro de 2023). Para essa ação, a Companhia possui depósito judicial – vide nota explicativa nº 13.3.

12.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	11.827	11.314
Total	11.827	11.314

O saldo de depósitos judiciais de R\$ 11.827 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2023) está relacionado a ação ordinária, com pedido de depósito do valor integral do imposto de importação, para garantir judicialmente a aplicação do tarifário concedido a painéis solares importados pela Companhia.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 169.040 (R\$ 120.982 em 31 de dezembro de 2023), parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	169.039.743	99,999999%	120.981.743	99,999999%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	1	0,000001%	1	0,000001%
Total	169.039.744	100,000000%	120.981.744	100,000000%

Em 31 de outubro de 2024, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 48.058, com emissão de 48.058.000 ações ordinárias, subscrito pela controladora Enel Brasil S.A., e integralizado o montante de R\$ 58 na mesma data. O saldo de R\$ 48.000 deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2026.

13.2 Destinação do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 5.413 (R\$ 3.808 em 31 de dezembro de 2023).

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(5.413)	(3.808)
Número de ações	128.991.411	120.981.744
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,0420)	(0,0315)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	15.1 e 19	26.880	25.859
Mercado de curto prazo	15.2	-	243
Receita operacional bruta		26.880	26.102
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(177)	(240)
COFINS		(806)	(783)
PIS		(175)	(170)
Total deduções da receita		(1.158)	(1.193)
Total		25.722	24.909

15.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

15.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material		-	(6)	-	(6)
Serviços		(445)	-	-	(445)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.595)	-	(1.595)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.990)	-	-	(7.990)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(87)	-	-	(87)
Encargos do uso de rede elétrica		(3.008)	-	-	(3.008)
Aluguéis e arrendamentos		(7)	-	-	(7)
Depreciação e amortização		(5.623)	-	-	(5.623)
Outras receitas operacionais		-	-	107	107
Total		(17.160)	(1.601)	107	(18.654)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

2023

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Total
(-) Capitalização dos custos de pessoal		36	-	36
Material		(644)	-	(644)
(-) Capitalização dos custos de material		644	-	644
Serviços		(316)	(3)	(319)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.655)	(1.655)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.721)	-	(3.721)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(1.635)	-	(1.635)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.964)	-	(2.964)
Transporte de potência de energia		(6)	-	(6)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	19	(7)	-	(7)
Aluguéis e arrendamentos		(53)	-	(53)
Seguros		(388)	-	(388)
Depreciação e amortização		(6.710)	-	(6.710)
Outras despesas operacionais		-	(88)	(88)
Total		(15.764)	(1.746)	(17.510)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	312	330
Atualização monetária dos depósitos judiciais	513	1.309
	825	1.639
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(28)	(28)
Encargos de dívidas	(10.549)	(10.302)
Atualização de impostos e multas	(139)	(145)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(590)	(504)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	(332)
Atualização financeira desmantelamento	(65)	(43)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(236)	(276)
Encargos financeiros - compartilhamento	(3)	(1)
Outras despesas financeiras	-	(20)
	(11.610)	(11.651)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(584)	143
	(584)	143
Total	(11.369)	(9.869)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**São Gonçalo 18 S.A.**

	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	26.880	26.102
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.150	2.088
Renda de aplicações financeiras	309	331
Outras receitas financeiras	594	1.308
Total base de cálculo do imposto de renda	3.053	3.727
Alíquota do imposto de renda (15%)	(459)	(560)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(281)	(349)
Total do imposto de renda	(740)	(909)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.226	3.132
Renda de aplicações financeiras	309	331
Outras receitas financeiras	594	1.308
Total base de cálculo da contribuição social	4.129	4.771
Alíquota da contribuição social (9%)	(372)	(429)
Total	(1.112)	(1.338)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Redução de capital	Até dezembro de 2026	13	(10.000)	(10.000)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Dezembro de 2025		(12.938)	(11.728)	(1.595)	(1.654)
Mútuo	Novembro de 2021 a agosto de 2029	10	(56.241)	(51.328)	(6.576)	(6.088)
Total			(79.179)	(73.056)	(8.171)	(7.742)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
<u>Compra e venda de energia</u>					
Enel Trading Brasil S.A.	Março de 2021 até dezembro de 2035	2.156	2.065	26.793	24.225
		2.156	2.065	26.793	24.225
<u>Transporte de energia</u>					
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	-	(2)	-	(7)
		-	(2)	-	(7)
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power Spa	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(3.335)	(3.001)	-	-
		(3.335)	(3.001)	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enelpower do Brasil S.A.	Dezembro de 2025	-	(66)	-	-
		-	(66)	-	-
Total		(1.179)	(1.004)	26.793	24.218

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme a necessidade de capital de giro da Companhia e disponibilidade de capital da mutuante (nota explicativa nº 10).

Redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.327	3.327	3.581	3.581
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.159	2.159	2.066	2.066
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.558	1.558	1.686	1.686
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	11.827	11.827	11.314	11.314
Total do ativo			18.871	18.871	18.647	18.647
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.556	12.556	7.491	7.491
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	109.165	84.512	108.187	88.510
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.300	1.300	1.368	1.368
Total do passivo			123.021	98.368	117.046	97.369

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) depósitos vinculados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.327	3.581
Contas a receber de clientes	4	2.159	2.066
Depósitos vinculados	12	11.827	11.314
Total		17.313	16.961

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	10	109.165	108.187
Dívida		109.165	108.187
Caixa e equivalentes de caixa	3	(3.327)	(3.581)
Dívida líquida (a)		105.838	104.606
Patrimônio líquido (b)	13	100.508	105.863
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		51,29%	49,70%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a mútuo e obrigações de compartilhamento de infraestrutura e suporte operacional com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados		543	881	4.009	20.709	36.334	62.476
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	22	-	14.820	31.405	25.551	-	71.776
Total		543	15.701	35.414	46.260	36.334	134.252

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Banco do Nordeste S.A.	56.241	2.641	3.626	4.582	5.513	6.418
IPCA						
Enel Brasil S.A.	52.924	2.907	3.574	4.234	4.887	5.532
Total	109.165	5.548	7.200	8.816	10.400	11.950

20.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 18 S.A.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2024	%	31.12.2023	%
CDI	56.241	51,52%	51.328	47,44%
IPCA	52.924	48,48%	56.859	52,56%
Total	109.165	100,00%	108.187	100,00%

21. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	215.650	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

22. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

22.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

22.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	16.153
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(6.857)	(6.378)
Pagamento de arrendamento (principal)		(345)	(242)
Total		(7.202)	9.533

23. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtailment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtailment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtailment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.